

**Relatório da Participação da Assembleia da República**

na

**Reunião Interparlamentar**

organizada pela

**Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE)**

***Os Pactos das Nações Unidas para os Refugiados e Migrantes: o papel dos Parlamentos***

(Parlamento Europeu, Sala JAN 4Q2, Bruxelas, 27 de fevereiro de 2018)

**Composição da Delegação**

A Delegação da Assembleia da República foi composta pela Deputada **Constança Urbano de Sousa** (PS), da Comissão de Assuntos Europeus.

A assessoria foi prestada pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, **Cristina Neves Correia**.

**Síntese**

A reunião juntou Deputados dos Parlamentos nacionais (Pn) e do Parlamento Europeu (PE) que, em conjunto com representantes da Comissão e do Conselho da UE, das agências das Nações Unidas (NU), dos co-facilitadores das NU para a negociação dos Pactos e representantes de organizações não-governamentais (ONG), debateram os principais aspetos a considerar no âmbito da redação final dos pactos das Nações Unidas para os Refugiados e Migrantes, cuja adoção se perspetiva no final do ano em curso.

Do debate ocorrido, ao longo de cerca de quatro horas, ficou claro que os pactos constituem uma oportunidade única de alteração do paradigma de gestão dos movimentos migratórios, numa perspetiva holística, colocando os direitos fundamentais dos migrantes e refugiados no cerne das preocupações e reconhecendo que, só através de cooperação ao nível global e responsabilização ao nível individual, será possível encarar e resolver as questões inerentes aos refugiados e migrantes.

Ficou ainda clara a divergência de perspetivas sobre as migrações de alguns EM, o que constitui um desafio para a UE poder ter uma voz única nas negociações dos textos finais dos pactos.

## Da Reunião <sup>1</sup>

### **Sessão de Abertura**

A reunião foi inaugurada pelo Membro do Parlamento Europeu (MEP) **Claude Moraes** (S & D), Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu (PE) que, dando as boas-vindas aos participantes, entre os quais se encontravam parlamentares de 33 Câmaras de 19 Estados-membros (EM) e da Noruega, salientou a importância dos dois Pactos globais das NU para os Refugiados e Migrantes que, durante a reunião, estariam em debate e que constituíam uma oportunidade histórica para a gestão da mobilidade humana nas próximas décadas, sendo um tema que o Parlamento Europeu (PE), em especial a Comissão LIBE, em conjunto com as Comissões dos Assuntos Externos (AFET) e do Desenvolvimento (DEVE), tem vindo a acompanhar.

Lamentou a ausência da coorganizadora da reunião, Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros da Assembleia Nacional búlgara, **Dzhema Grozdanova**, cujo voo para Bruxelas havia sido cancelado, devido às condições climáticas, dando, de seguida, a palavra ao MEP romeno **Andi Cristea** (S&D), Vice-Presidente da Comissão AFET.

O orador agradeceu a oportunidade de participar na reunião e referiu que as migrações eram um fenómeno global, estimando-se que existam 260 milhões de migrantes, número que, no futuro, tenderia a aumentar, atendendo aos conflitos armados, à pobreza, às alterações climáticas e à demografia, aliados ao fosso de rendimento, que empurra as pessoas para a procura de locais onde possam ter melhores condições de vida. Neste contexto, é necessário um enquadramento das migrações, permitindo que estes movimentos possam ser regulados por um conjunto de princípios, dentro de um quadro de legalidade, que permita a não exploração de migrantes. Desejou a todos um bom trabalho, dando a palavra ao Comissário responsável pelas Migrações, Assuntos Internos e Cidadania, **Dimitris Avramopoulos**.

O orador congratulou-se com a realização da reunião em curso. Acrescentou, que estamos a viver um momento crítico que irá definir o legado para as gerações futuras. Referiu que, na semana anterior, se reuniu com o Secretário-geral da ONU, António Guterres e que as

---

<sup>1</sup> Programa, lista de participantes, biografia dos oradores, outra documentação e vídeo da reunião disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/committees/pt/libe/events-nationalparl.html?id=20180215MNP00261>

NU esperavam da União Europeia (UE) um papel cimeiro no processo de conclusão dos referidos pactos. Considerou que tal seria necessário, na medida em que: os cidadãos querem uma gestão da migração de forma mais ordeira; o problema das migrações é de responsabilidade global; e, por fim, a UE deve estar preparada para as crises futuras. A este propósito, sublinhou que estas eram uma inevitabilidade, pelo que teriam de ser antecipadas estratégias para lhes fazer face.

Prosseguiu, defendendo a necessidade de se estabelecer um equilíbrio na política migratória e recordou que a atual abordagem tem vindo a produzir resultados: as chegadas a território europeu baixaram 20%, face a 2015, devido a uma melhor gestão das fronteiras; os pedidos de asilo foram reduzidos em 50%; e aumentou-se a taxa de repatriamento dos migrantes ilegais, que não têm o direito de permanecer na UE. Referiu a necessidade de integrar a estratégia europeia na estratégia global, convidando os parlamentares presentes a cooperar neste desiderato, informando os cidadãos com factos concretos e não com mitos.

Aludiu ao número de pessoas obrigadas a deslocar-se (65 milhões e 600 mil), que aumentou de forma inédita nos últimos anos. Neste contexto, os pactos são uma necessidade histórica. Recordou que a UE está empenhada em tentar resolver as causas, mas esses são processos morosos e, até à sua conclusão, tem de haver respostas de solidariedade global. O pacto para os refugiados tem, assim, de encontrar soluções coletivas e que permitam gerir os fluxos migratórios, bem como uma melhor partilha de responsabilidade entre os vários países. Neste contexto, é necessário criar mecanismos resilientes, não só na UE, mas também nos países parceiros. Efetivamente, só em 2016, 600.000 pessoas pediram o estatuto de asilo na UE, tendo o mesmo sido conferido a 280.000. No entanto, países como, p.ex. a Jordânia ou o Líbano recebem muitos mais refugiados, devendo a UE apoiá-los. Neste contexto, mencionou o acordo com a Turquia como uma boa solução, em que a participação da UE - 3.000 milhões de euros - permitiu dar asilo, educação, cuidados de saúde e apoio básico aos refugiados.

Destacou, ainda, a necessidade de criar rotas legais de migração, recordando que, nos dois anos anteriores, a UE havia conseguido a reinstalação de cerca de 27.000 refugiados. Através do Pacto Global, um número crescente de países no Mundo irá associar-se a ações similares. Lamentou, ainda, que os EUA se tenham retirado do Pacto Global. Sublinhou a multiplicidade dos motivos que, na era da mobilidade humana, impulsionavam as migrações, pelo que estas não poderiam ser impedidas, mas apenas geridas. Neste

contexto, um pacto sobre a migração ordeira e legal é de crucial importância, mas só pode ser eficaz se estabelecer uma diferença entre a migração regular e irregular e se todos os países o reconhecerem (países de acolhimento e de origem, devendo estes últimos receber de volta os seus migrantes ilegais). Saliu a importância da imigração legal no relacionamento da UE com outros países, razão pela qual estariam a ser desenvolvidos projetos-piloto nesta área com determinados países. Por fim, mencionou o direito à integração social e económica de todos aqueles que residem na Europa, acrescentando que a política de imigração e asilo só será bem-sucedida se os imigrantes puderem ser integrados, sem, no entanto, haver complacência com os casos de abuso.

Terminou, recordando que não podemos perder mais tempo e sublinhou que estes dois pactos chegaram num momento oportuno, numa altura em que temos de ser audaciosos e ambiciosos. Considerou ser essencial que a UE e os seus EM falem a uma só voz, chegando a um entendimento em relação estes dois pactos, no final do ano em curso e convidou os parlamentares presentes a encetar um diálogo com os respetivos governos, sobre estes dois pactos.

### ***Sessão I - O Pacto Global sobre Refugiados (PGR)***

A primeira sessão foi moderada pelo MEP **Claude Moraes**, Presidente da Comissão LIBE que, de imediato, deu a palavra ao primeiro orador, **Volker TÜRK**, Alto-comissário assistente para a proteção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

O orador agradeceu a oportunidade de discutir o projeto de PGR com parlamentares do PE e nacionais, reiterando o referido pelos anteriores intervenientes, quanto ao número crescente de refugiados que fogem de conflitos, de graves violações de direitos humanos, de condições climáticas adversas, etc. Sublinhou que 84% dos países afetados pelas migrações não estão na Europa, mas sim em locais desfavorecidos, como o Uganda ou o Sudão do Sul, com graves problemas de desenvolvimento e de infraestruturas e que 70% de todos os refugiados são recebidos em apenas 10 países, o que mostra o desequilíbrio do esforço partilhado. Referiu, ainda, a existência de mais de 40 milhões de deslocados e de 10 milhões de apátridas. Neste contexto, desde o início que as Resoluções das NU reconhecem os refugiados como um problema global, existindo, desde 1946, um quadro

claro de resposta aos refugiados, nomeadamente através da criação de agências como o ACNUR ou a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina.

Prosseguiu, recordando que se encontram em discussão os dois pactos, sendo um sobre refugiados e ou outro sobre migrantes, estando ambos no último terço do processo de redação, após diversas consultas, internacionais, nacionais e regionais. Considerou o PGR importante para colmatar uma das principais atuais lacunas a partilha de responsabilidades a nível global. A este respeito, lembrou que o preâmbulo refere a cooperação, mas que não estabelece, em pormenor, como alcançá-la. O texto tenta criar medidas de apoio aos países que as necessitam, como a Tanzânia, o Bangladesh e os países vizinhos da Síria, que acolhem refugiados. Enfatizou a importância dos doadores, mas salientou a necessidade de respostas no terreno, nomeadamente mais projetos de reinstalação. Mencionou, ainda, o reforço de cooperação com o Banco Mundial, mormente para financiamento de educação e saúde, na perspetiva do desenvolvimento. Reconheceu a dificuldade de soluções relativamente aos repatriamentos voluntários, mas desejou que, com a resolução dos problemas na origem, haja um apoio mais forte a este tipo de solução.

Recordou que, apesar de o PGR dever ser assinado por todos os Estados-membros da ONU, não sendo um Tratado, carece de força jurídica vinculativa. Ainda assim, desejou que o texto venha a representar uma alteração de paradigma na gestão dos refugiados. Neste contexto, apelou ao forte apoio dos parlamentares, para que a natureza global e internacional dos refugiados seja reconhecida, solicitando, em particular, aos membros do PE, que viabilizem as medidas orçamentais de execução das políticas europeias referentes aos refugiados, o que constituiria uma mensagem clara e forte por parte da UE.

Por fim, sublinhou a importância de todos os mecanismos de solidariedade para apoio aos países mais afetados, nomeadamente no plano europeu, e desejou que, no final do ano, se venha a conseguir um bom equilíbrio e que, apesar do documento não ser vinculativo, ele constitua um enquadramento para a gestão dos refugiados, contando, para isso, com todos os presentes.

Seguiu-se a intervenção de **Leonor Nieto León**, Chefe da Unidade DG ECHO B1 - Desenvolvimento de Políticas e Estratégia Regional da Comissão Europeia. Reiterou a opinião do Comissário Avramopoulos sobre a oportunidade da reunião, felicitando o PE pelo envolvimento no processo. Defendeu a necessidade de uma resposta global e de

partilha de responsabilidades em relação aos refugiados, acrescentando que o PGR constitui uma oportunidade única de melhorar a eficácia, eficiência e sustentabilidade da resposta a dar aos problemas relacionados com os refugiados. Recordou que a UE é um parceiro do ACNUR e que grande parte do orçamento da ajuda humanitária da UE é já dirigido à ajuda aos refugiados, exemplificando com as ações em países como o Líbano, o Quênia, o Uganda, a Turquia e o Iraque. Referiu que, em abril de 2016, a CE aprovou uma comunicação sobre deslocações forçadas e desenvolvimento<sup>2</sup>, prevendo diversas ações, para evitar que as deslocações forçadas se perpetuem, fomentar a autossuficiência e promover condições de vida digna, nomeadamente através da ajuda aos países de acolhimento. Neste contexto, recordou que duração média das crises de deslocação tem vindo a aumentar, pelo que as respostas pontuais já não são adequadas.

Quanto ao envolvimento da UE no PGR, salientou três pontos: a UE reconhece o papel central do ACNUR em relação à resposta global para os refugiados; a UE reafirma o seu compromisso de defesa do PGR como elemento principal para a proteção dos refugiados; a UE apoia a proposta de estrutura do PGR. Reiterou o envolvimento da Comissão nos meses subsequentes, colaborando para a obtenção de um texto final para o PGR.

A oradora seguinte, **Aspasia Papadopoulou**, alta funcionária do Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados (ECRE), iniciou a sua intervenção, frisando que a mesma se consubstanciava na introdução da perspetiva das organizações não-governamentais (ONGs) para o debate. Reconheceu os esforços e progressos realizados para obtenção do PGR, bem como o empenhamento contínuo da UE na melhoria e desenvolvimento da ajuda humanitária. Declarou perfilhar a mudança de paradigma do PGR, preconizando uma maior integração na comunidade, nomeadamente através do acesso ao mercado de trabalho, em detrimento da solução dos campos, e em articulação com atores de desenvolvimento, como o Banco Mundial.

Acrescentou que, no entanto, para uma maior abrangência do documento, este deveria incluir mais dois aspetos: uma ambição coletiva e uma maior orientação operacional. Em relação ao primeiro ponto, o PGR devia garantir uma partilha de responsabilidades equitativa, levando a empenhamentos concretos e à clara perceção de como, na prática, se processa a receção, admissão e a integração dos refugiados. Ainda neste âmbito,

---

<sup>2</sup> COM (2016) 234 final: Viver com dignidade: da dependência da ajuda à autossuficiência; Deslocações forçadas e desenvolvimento. Disponível em:  
<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX%3A52016DC0234>

referiu a necessidade de especificação do papel dos “Estados interessados”, preconizando um empenhamento dos Estados desenvolvidos que transcenda o papel de doadores. Finalmente, defendeu a necessidade de se reafirmar o direito de asilo dos refugiados, através de um correto acesso à justiça. Quanto à questão operacional, defendeu que o PGR deveria prever ações concretas e a respetiva calendarização. Defendeu uma maior participação das ONGs no sistema de controlo e validação, embora a operacionalização seria necessária, para que as entidades estejam preparadas para a aplicação do PGR.

Terminou, recordando que os dois pactos são complementares, e defendeu o reforço das referências às organizações regionais, bem como a existência de um mecanismo de coordenação entre os vários projetos de ajuda, como a proteção de crianças, a procura e resgate e a ajuda humanitária.

A reunião continuou, com uma alocução de Frei **Fabio Baggio**, Subsecretário da Secção Migrantes e Refugiados da Santa Sé, que começou por sublinhar a comunhão de interesses entre a Santa Sé e a UE quanto aos dois pactos das NU. Referiu-se ao documento elaborado pela Santa Sé, como contributo para os dois pactos, que inclui 20 linhas de ação, que preconizam uma resposta holística para os desafios de hoje e que foram elaboradas em torno de quatro ideias-base: acolher, proteger, promover e integrar. Explicou que se optou por um contributo comum para os dois pactos, porque as deslocações são constituídas por fluxos mistos e refugiados ou migrantes, que são, antes de mais, pessoas que necessitam de respostas dignas.

Acrescentou que, apesar do texto único, se percebe que o foco são as pessoas que necessitam de ajuda, sendo as medidas inspiradas em boas práticas já existentes nas organizações religiosas e que podem ser replicadas. Saliou que os princípios e valores dos 20 pontos se inspiram no humanismo integral do continente europeu, que forjou constituições e acordos internacionais. Neste contexto, citou o Papa Francisco: *a Europa humanista, defensora dos direitos do Homem, da democracia e das liberdades, terra de poetas, filósofos, artistas, músicos e letrados, mãe de povos e nações, mãe de grandes homens e mulheres, que souberam defender e dar a vida pela dignidade dos seus irmãos, é chamada, mais uma vez, a agir enquanto protagonista. Ali, onde os outros se desencorajam e renunciam, os Estados da UE, fortes na sua tradição, podem dar testemunho e encorajar a comunidade internacional a responder, em conjunto, aos desafios globais e a trabalhar para um mundo melhor, assumindo, cada um, as suas próprias responsabilidades.*

Terminou, sublinhando que atenção que tem vindo a ser dada aos requerentes de asilo e refugiados nos últimos anos, os programas e esforços legislativos, ao nível da UE e dos seus EM, demonstram seriedade na busca da solução para os problemas e defendeu que o PGR constitui, agora, uma oportunidade de resposta global.

Seguiu-se uma fase de debate, no qual participaram parlamentares do PE e dos Pn.

A MEP **Roberta Metsola** (PPE), correlatora do relatório do PE sobre a necessidade de uma abordagem holística da UE em relação à migração, considerou a situação dos migrantes surreal, pois as pessoas continuam a morrer e os políticos têm de alterar a maneira de pensar e de agir, para que as pessoas não sejam apenas estatísticas. Qualquer abordagem holística tem de incluir não só a solidariedade, mas também medidas contra os traficantes. Sublinhou a necessidade de se distinguir entre quem tem direito à proteção internacional e os migrantes económicos. Preconizou uma União de responsabilidades partilhadas, bem como uma melhor abordagem na reinstalação e um maior empenho para resolver as causas que levam à migração e defendeu a promoção do respeito pelos valores sobre os quais foi fundada a nossa União.

A MEP **Cecilia Kyenge** (ALDE), igualmente correlatora do relatório do PE sobre a necessidade de uma abordagem holística da UE em relação à migração, referiu-se aos dois pactos como uma oportunidade histórica de gerir a mobilidade, sendo ambos complementares, na medida em que os problemas das migrações são globais e comuns. Saliu que a responsabilidade e o princípio da solidariedade têm constituído o enquadramento da atuação do PE nesta matéria e concordou com o projeto zero, que considera que os migrantes devem ter tratamento adequado, com respeito pela dignidade e direitos humanos, devendo as mulheres e os menores estar no centro das preocupações. Apelou a ações concretas para que não haja diferenças entre a retórica e a realidade, evitando-se situações como as da Síria, da República Democrática do Congo ou do Burundi, que apelidou de verdadeiros matadouros humanos.

No decurso do debate, ficaram claras as divergências de perspetiva dos diversos participantes dos Pn. Com efeito, as intervenções variaram entre uma abordagem de defesa de fronteiras e soberania nacional na escolha de migrantes e refugiados, até uma maior abertura e apelo à solidariedade entre EM, nomeadamente no apoio aos países mais afetados pelos movimentos migratórios.

No primeiro grupo, destacam-se as participações do Deputado **Csenger-Zalán** (FIDESZ, PPE), da Assembleia Nacional húngara, que defendeu que as objeções dos EM ao acolhimento de migrantes e refugiados eram legítimas, tendo de ser tomadas em conta as questões de segurança. Salientou, ainda, que as pessoas perigosas deveriam ser travadas à entrada e que a resolução dos problemas deveria ser encontrada na origem, sendo necessário haver acordos para o regresso dos refugiados às suas terras-natais. Defendeu, ainda, uma diferenciação clara entre migrantes económicos e requerentes de asilo. Na mesma linha, **Jacek Kurzepa** (PiS- ECR), do Sejm polaco, referiu que, ao ouvir o debate, quase que se seria levado a pensar que a Europa vive numa torre de marfim e que não é solidária quando, na realidade, não é isso que se passa. Apoiou, ainda, as considerações do colega húngaro, no que concerne ao sentimento de segurança, que não pode ser preterido em prol de um direito dos migrantes à proteção internacional. De igual forma, também **Martin Hebner** (AFD) do Bundestag alemão, mencionou as questões de segurança, nomeadamente o aumento dos crimes violentos e violação de mulheres e raparigas, exemplificando com o caso da Baviera, onde a taxa de violência aumentou 50%, na medida em que 80% dos refugiados são homens. Lamentou, também, que o PGR se concentrasse mais nos refugiados do que na estabilidade dos EM. Aproveitou para criticar o formato da reunião em curso, que não permitia um verdadeiro intercâmbio de ideias. Na mesma linha, **Edita Pfundtner** (Most-Híd/ PPE), do Conselho Nacional da Eslováquia, reiterou o enfoque na resolução dos problemas na origem, com responsabilização dos Estados que não respondem às necessidades das suas populações. Defendeu, igualmente, a distinção entre migrantes e refugiados e o direito dos países de destino a escolher quem querem acolher.

Sem surpresa, os parlamentares dos países do Sul, afetados por grandes fluxos migratórios, sublinharam o princípio da solidariedade insito no PGR. Destaca-se, neste âmbito, **Helena Stamatakis** (Syriza, GUE/NGL), do Parlamento helénico que, salientando a importância do debate em curso, recordou o maior afluxo de refugiados, desde a 2.ª Guerra Mundial, ocorrido em 2015, que muito havia afetado a Grécia. Sublinhou, ainda, a atual situação da Síria e de vários países africanos. Neste contexto, defendeu que a solução passa pela luta contra a pobreza, o fomento do desenvolvimento económico e o fim da violência/guerra, o que exige uma resposta coletiva e solidária, ao encontro dos textos fundadores da União. Referiu-se, ainda, às dificuldades de reunificação familiar dos refugiados, que tem conhecido grandes atrasos, que ao arrepio dos acordos de Dublin e da Convenção de Genebra, tem conduzido a uma permanência prolongada e forçada em países como a Grécia e a Itália. Por fim, destacou a absoluta necessidade de respeito pelo

princípio da solidariedade na aplicação do pacto. **Simon Busuttil** (PN-PPE), da Câmara dos Representantes de Malta, saudou os pactos, que considerou equilibrados e uma oportunidade para a UE mudar a forma como os países agem ou interagem na resposta a este desafio global, envolvendo os países de origem, de trânsito e de acolhimento. Referiu que este seria um teste à capacidade de união da UE. Reconheceu que o tema tem gerado controvérsia, mas defendeu que os EM e a UE não se poderiam apresentar nas NU a várias vozes. Terminou, referindo que, até à data, a questão das migrações tem sido encarada como um problema, mas que, com os pactos, talvez a possa transformar em solução. O Senador espanhol **Pérez Lapazarán** (PP-PPE) salientou que a Espanha recebe refugiados e migrantes não só de África como, igualmente, da Venezuela, Síria e Colômbia. Neste contexto, defendeu que ambos os pactos devem integrar dois conceitos importantes, como a responsabilidade e a solidariedade entre países, dentro e fora da UE. Acrescentou que, fluxos excessivos de migrantes, como os verificados em Espanha, Itália ou a Grécia, não podem ser assuntos a resolver isoladamente. Esta visão de responsabilidade e solidariedade foi partilhada pelo seu compatriota **Martín Toledano** (PP-PPE), do Congresso dos Deputados espanhol. Este interveniente focou ainda a necessidade de se distinguir a migração económica ou climática do direito de asilo, sendo que os primeiros não podem ser considerados refugiados. Refugiados são pessoas que fogem de um conflito ou que são perseguidas pela raça, credo ou orientação política ou sexual. Reiterou, ainda, a necessidade de se agir sobre as causas na origem, expressa por anteriores intervenientes.

Registaram-se ainda outras intervenções de parlamentares nacionais, como **Masud Gharakhani** (Labour), do Stortinget norueguês, que defendeu que *não fazer nada não é opção* e preconizou a colaboração entre todos para a proteção de fronteiras, para uma política de retorno justa e um adequado combate às causas dos fluxos migratórios.

**Sarah Jones** (Labour/ S&D), da Câmara dos Comuns do R.U., defendeu que, nas negociações, os refugiados devem estar sentados à mesa. Referiu, ainda, a necessidade de um alargamento da noção de família e um aprofundamento da abordagem de género, com segurança reforçada para as mulheres.

**Veiko Spolitís** (UP-PPE), do Saeima da Letónia, salientou a importância dos dois pactos. Considerou que o atual regime viola os direitos humanos básicos e as leis humanitárias, com a conivência das organizações internacionais e dos EM, numa ação orquestrada pelo ditador do Kremlin. Convidou, assim, os presentes, a punir os elementos das organizações

criminosas russas, que lavam dinheiro nos nossos bancos, enviam os seus filhos para as nossas escolas e universidades e gozam do estilo de vida europeu, enquanto cometem crimes hediondos. Neste contexto, instou os parlamentares e os seus governos a rebelarem-se contra este estado de coisas.

A MEP **Teresa Giménez** (ALDE) defendeu a criminalização dos traficantes que se aproveitam da miséria humana para escravizar os refugiados, nomeadamente mulheres e jovens exploradas sexualmente, cometendo crimes hediondos e ganhando somas astronómicas.

O MEP **LÓPEZ AGUILAR** (S&D) referiu a existência de um fosso muito grande entre as posições dos Pn e do PE, o que dificulta uma abordagem europeia, tornando difícil falar de um pacto global, por falta de uma abordagem única, nacional e europeia. Mencionou, ainda, que os dois pactos estão ligados e que o PE tem vindo a defender rotas seguras para migrantes há já muitos anos. Finalmente, aludindo ao facto de o Tribunal de Justiça Europeu ter decidido que a atual legislação europeia não obriga à concessão de vistos humanitários a pessoas carecidas de proteção internacional, apelou aos parlamentares nacionais para reverem a sua legislação neste sentido.

A MEP **Ana Gomes** (S&D) apoiou o PGR, mas alertou para que este não seja mais um instrumento com vocação para não ser aplicado. Disse estar cansada da hipocrisia dos governos da UE, que mantêm parada no Conselho a revisão do Acordo de Dublin, permitindo que os traficantes operem, ao não criar rotas seguras para os refugiados. Considerou a externalização do problema dos refugiados na Turquia e na Líbia ridícula e instou os parlamentares nacionais a chamarem os seus governos para averiguar, em pormenor, a execução do acordo com a Turquia.

Esta sessão foi encerrada pelo Presidente da Comissão LIBE, Claude Moraes, que agradeceu aos oradores, bem como aos intervenientes no debate, a sua participação.

### **Sessão II - O Pacto Global para Migrações Seguras, Ordeiras e Regulares** **(PGM)**

A segunda sessão teve início com uma breve alocução da moderadora, a MEP **Cecilia Wikstrom** (ALDE), que reiterou as considerações do Presidente Moraes, sobre a pertinência dos temas em debate e deu as boas-vindas aos participantes, após o que deu

a palavra ao primeiro grupo de oradores, constituído por **Juan José Gómez Camacho**, embaixador e Representante Permanente do México junto das Nações Unidas e **Jurg Lauber**, embaixador e Representante Permanente da Suíça junto das Nações Unidas, co-facilitadores encarregados de liderar as consultas e negociações intergovernamentais sobre questões relacionadas com o PGM.

O primeiro orador iniciou a sua alocução, agradecendo a honra de explicar o PGM, bem como o “projeto zero”, atualmente em negociação. Referiu ser esta a primeira vez que há uma tentativa de acordo global e em que os migrantes entram nas NU pela porta da frente. Explicou as três fases de negociação do PGM: na primeira fase, todas as regiões analisaram os seus problemas, o que ajudou ao processo de compreensão, reforçando a confiança entre os vários países e regiões, sem a qual a discussão não é possível; a segunda fase consistiu numa reunião importante, no México, onde as várias conclusões foram analisadas, tendo servido de base ao projeto zero, que, de momento (na terceira fase), os negociadores se encontram a elaborar. A abordagem foi holística e global, de 360.º, com compreensão e análise de todos os ângulos. Neste contexto, salientou que não se trata de um documento de promoção ou de condenação das migrações, mas sim de um documento tendente a melhorar os problemas. Explicou, de seguida, as três partes do PGM: uma primeira, narrativa, com a perspetiva do PGM sobre como a migração deve ser encarada; uma segunda parte com os três princípios básicos a observar na implementação do pacto (direito soberano dos Estados de definir as suas próprias políticas de imigração; desenvolvimento; respeito pelos direitos humanos). A terceira parte contém os 22 objetivos do PGM, que não estão separados por categorias, porque não se pretende uma abordagem fragmentada. Em alternativa, foi elaborada uma lista de objetivos de acordo com a sequência do movimento migratórios, desde as causas (guerra/ alterações climáticas, etc), os movimentos, o tráfico, perigos e, por fim, a chegada aos países de acolhimento. É, ainda, proposto um procedimento de acompanhamento e análise do cumprimento destes objetivos, para que possam ser periodicamente revisitados e elaborados pontos de situação. Salientou, por fim, o PGM não é juridicamente vinculativo e a lista de ações não é taxativa, mas antes um conjunto de propostas a adaptar em função da realidade de cada país.

**Jurg Lauber**, também co-facilitador no processo de elaboração do PGM, começou por salientar a importância da reunião em curso e partilhou o ponto de situação do processo. O ponto de partida foi a Declaração das NU, de setembro de 2016, cujos princípios se encontravam, agora, desenvolvidos no projeto de pacto. Referiu a atual fase de

negociação, após a apresentação do projeto zero, bem como a tentativa de se chegar a um texto equilibrado e abrangente. As negociações iniciaram-se na semana anterior e estão previstas seis rondas de conversações, com duração de cinco a seis dias por mês. Uma das questões a debater será a implementação do PGM e até que ponto os EM querem ir além do enquadramento geral, para que PGM se possa traduzir em ações concretas. Referiu, ainda, a importância de, paralelamente às negociações em Nova Iorque, se promover a discussão a vários níveis, como era o caso da reunião em curso.

**Joanathan Prentice**, Chefe de Gabinete da Representante Especial do Secretário-Geral das NU para a Migração Internacional, Louise Arbour, destacou o papel essencial dos Parlamentos neste processo e considerou que o PGM visa maximizar as oportunidades e minimizar os problemas relacionados com a migração. Referiu que a migração chegou para ficar e o seu impacto líquido é positivo. No entanto, tal não deve escamotear os grandes desafios que coloca, se for mal gerida, pelo que é necessário maximizar os proveitos da migração regular e minimizar a irregular; o PGM deve ser alicerçado no respeito pela soberania e individualidade; um PGM responsável, quer para os Estados, quer para os migrantes. Neste ponto, sublinhou que os parlamentares são essenciais, como mediadores das políticas nacionais e das realidades locais, ajudando a minorar as preocupações ao nível interno. Salientou, ainda, que o debate sobre as migrações tem de estar ligado a factos, com dados corretos e desagregados, e deve ser analisado sob vários pontos de vista, não podendo ser ignorado o discurso público e a intolerância crescente. Considerou que o Pacto deve partir de um pressuposto de responsabilidade coletiva e de promoção da inclusão. Concluiu, salientando que o esforço é global, como o próprio título indica, e que nenhum país pode executar, com êxito, uma política de migração isolada, apelando aos políticos que participem nesse desiderato.

**Eugenio Ambrosi**, Diretor regional para a UE, da Organização Internacional para as Migrações (OIM) teceu alguns comentários globais sobre o PGM, reiterando que “não agir não é opção”. Considerou que a migração pode ajudar-nos a todos, se forem geridas de forma adequada. Defendeu a necessidade de se trabalhar de mãos dadas, pois a migração é uma questão internacional e transfronteiriça. Recordou que estamos confrontados com uma série de desafios de carácter sistémico e permanente, sendo necessário trabalhar em soluções globais e não pontuais. Apelou ao trabalho conjunto para alcançar um objetivo comum e considerou que os compromissos já assumidos pela comunidade internacional têm de orientar as negociações que, agora, estão a decorrer. Referiu, ainda, que se deverá continuar o processo como até agora e ter consciência de

que estamos a falar de pessoas e das suas aspirações, sonhos, problemas, direitos e vidas, o que deve estar sempre presente no processo de discussão. Estes pressupostos estão refletidos no projeto zero do pacto, para que a migração possa ser benéfica para todos. Explicou ainda que cabe aos PE e Pn um papel de grande responsabilidade, nomeadamente manter o processo a funcionar e garantir que as restantes instituições envolvidas respeitam os compromissos e a abordagem abrangente das migrações. Considerou que as instituições parlamentares têm a responsabilidade de ser vigilantes em relação à coerência política, para que as decisões tomadas num lado não sejam contraditórias com outras. Sublinhou ainda o elo entre a UE e as populações, como forma de alterar o discurso sobre o tema, frequentemente tóxico, não baseado em evidência factual e que não corresponde à história da maior parte dos países. A este respeito, referiu que, à medida que as negociações avançam, temos de preservar a memória histórica e recordar a importância da migração para os nossos próprios países.

**C.Semenov**, em representação da Presidência búlgara do Grupo de Alto Nível do Asilo e da Migração do Conselho da UE, começou por salientar a dificuldade de dirigir a UE nesta matéria, apesar da existência de uma estratégia a longo prazo, baseada na solidariedade. Referiu, ainda, que a UE está a estabelecer parcerias para atuar nas causas e gerir as migrações, com instrumentos como fundos fiduciários e o Plano Europeu de investimento e criação de emprego. Na sua opinião, o PGM poderia fornecer orientações sensatas para uma abordagem global, equilibrada, responsável e sustentável. Expressou o apoio da Presidência aos esforços da UE e dos seus EM, participando, ativamente na fase de negociação e consulta, em Nova Iorque, garantindo que a UE continue a falar numa só voz. Considerou que a UE pode, também, partilhar a sua experiência relativa ao respeito pelos direitos humanos, ao tratamento de grupos vulneráveis e à cooperação internacional. Informou que o Conselho da UE se encontrava a trabalhar para obter um texto equilibrado, com base nos princípios da Declaração de Nova Iorque, bem como dentro dos objetivos da Agenda 2030. Também estaria a garantir que o princípio da responsabilidade partilhada seja, de facto, refletido nas várias ações do pacto, nomeadamente no que concerne à definição de responsabilidades dos países de origem, de trânsito e de destino. Reconheceu a morosidade e exigência de esforços do processo, mas identificou alguns progressos e explicou que, na semana em curso, haveria mais uma ronda de negociações com os EM.

**Maria Ferm**, Deputada ao Parlamento sueco, partilhou a experiência sueca na abordagem da migração, nomeadamente no que concerne aos beneficiários do direito de asilo, que

considerou muito dificultado com barreiras burocráticas e outras. A existência de quotas para asilo impediria muita gente de o pedir, sendo necessário encontrar novas soluções de garantir o direito de asilo, ao invés de o rejeitar. Neste contexto, salientou a importância de um quadro jurídico de acolhimento, em condições de respeito pelos direitos fundamentais, bem como boas condições de acolhimento em toda a UE, onde, só em 2015, se registaram 163.000 pedidos de asilo. Defendeu a reinstalação de refugiados e a clareza da situação jurídica dos refugiados como soluções para evitar as vias perigosas e os traficantes. Explicou que, na Suécia, foi realizado um inquérito oficial público para sugestão de medidas de melhoria do sistema de asilo, tendo sido depois adotadas medidas como vistos humanitários, autorizações de permanência de curta duração, vistos para frequência de ensino superior, investigação, reunificação familiar, etc. que permitem aos refugiados ter vias seguras para chegar ao país. Considerou que, de momento, o país tem um sistema muito aberto para trabalhadores fora da UE. Referiu que a legalização permitiu aos empresários suecos contratar a mão-de-obra de que necessitam e aos imigrantes ilegais o acesso aos seus direitos. Terminou, sublinhando que não há vias legais suficientes e que o tráfico e exploração de migrantes é uma realidade trágica, com especial exposição das mulheres e crianças, sendo necessária a existência de respostas, independentemente da origem da migração.

A reunião continuou, com a participação da subscritora do presente relatório, Deputada **Constança Urbano de Sousa**, que proferiu a seguinte alocução:

*Começo por sublinhar a importância desta reunião, pois o sucesso do PGM, que não vai ser um instrumento juridicamente vinculativo, vai depender muito da adesão intrínseca dos Estados e da forma como eles o vão cumprir de boa-fé.*

*Temos aqui falado muito de migrações, mas a verdade é que não as contextualizamos. As migrações internacionais são, ainda hoje, a exceção e não a regra do comportamento humano. Não nos podemos esquecer que, de acordo com os dados da OIM, apenas 3.5% da população mundial é migrante. A esmagadora maioria das pessoas não sai do país onde nasceu ou da sua nacionalidade. As migrações são tão antigas como o mundo e sempre as houve, com maior ou menor intensidade. O que é que mudou? Tornaram-se mais complexas, mais diversificadas, tendem a aumentar e alterou-se também a perceção que temos sobre as migrações. Esta mudança de perceção é decisiva, porque em vez de uma apreciação positiva, as migrações começaram a ser percecionadas como uma ameaça. A constante ligação, de há duas décadas para cá, entre irregularidade,*

*ilegalidade e crime às migrações é muito aproveitada por certas correntes populistas que, cavalgando o medo das pessoas, têm contribuído para transformar a perceção em relação às migrações que, afinal, são algo tão antigo como a humanidade e necessárias nos dias de hoje. É por isso que este PGM pode ser uma oportunidade única para colocar um ponto final no drama humano em que se transformaram as migrações internacionais e quebrar este ciclo vicioso entre irregularidade, que conduz a mais medidas restritivas que, por sua vez, geram novas irregularidades e que tem constituído um terreno fértil para que sejam as organizações criminosas - e não os Estados - a gerir este fenómeno global. Também é uma oportunidade única para superarmos um dos grandes paradoxos da globalização: se vimos bem, a globalização é caracterizada por uma crescente internacionalização e liberalização dos movimentos de capitais, mercadorias e serviços, mas não de pessoas. Ou seja, a mesma lógica que presidiu aos outros movimentos, não preside às migrações. Ora, as migrações são também, por natureza, um fenómeno transnacional, mas continuam a ser objeto de regulações nacionais, mais ou menos restritivas, mas sempre assentes numa lógica: a lógica da contenção e da manutenção da integralidade territorial do Estado, o último bastião da soberania nacional. É por isso que este PGM deveria partir, também, da consciência de que, tal como nós não conseguimos parar o vento com as mãos, também nunca conseguiremos parar os movimentos migratórios, por mais que se invista em controlos de fronteiras. Em vez de combater, é necessário gerir, coletivamente, este fenómeno e penso que este PGM vai na boa direção.*

*Em relação ao projeto zero, gostaria de fazer dois comentários de natureza geral: primeiro, é essencial que se mantenha a ênfase que é dada ao respeito pelos direitos do Homem, devendo a pessoa humana estar no seu centro. O que distingue um cidadão de um estrangeiro é apenas uma fronteira estadual. Eu hoje sou cidadã, amanhã sou estrangeira, sou imigrante, mas continuo a ser um ser humano. Em segundo lugar, tem de ser preservada a sua visão, de que as migrações devem ser sempre objeto de uma compreensão comum, por todos os EM e que devem ser percecionadas como algo natural e benéfico, essencial para a prosperidade das sociedades contemporâneas.*

*Os objetivos do PGM são muitos, mas eu gostaria, no tempo que me resta, de me focar em quatro:*

*1.º- O combate às redes criminosas de tráfico, que deve, naturalmente, permanecer uma prioridade de todos. No entanto, não vale a pena ignorar o problema: controlos de*

*fronteiras e perseguição criminal contra as organizações criminosas são medidas necessárias, mas não serão nunca suficientes para parar este drama;*

*2.º- Só a criação de vias legais e seguras de migração será um meio eficaz para combater e lutar preventivamente contra a migração irregular e evitar a perda de vidas humanas. É a falta destas vias legais que empurra milhares de pessoas para as redes criminosas, que se tomaram cada vez mais complexas e lucrativas e fazem, no fundo, deste negócio, um negócio ignóbil, que explora o desespero alheio e que opera no mercado global, de acordo com a lei da oferta e da procura. Por outro lado, é necessário que os países, sobretudo os europeus, tenham consciência de que a verdadeira crise que vão enfrentar na próxima década não é a crise das migrações, mas sim a crise demográfica e que tenham consciência de que o declínio demográfico e o envelhecimento é que vão colocar em causa o nosso desenvolvimento económico e a sustentabilidade dos nossos sistemas sociais. É por isso que as migrações são uma excelente oportunidade para mantermos o nosso desenvolvimento económico e a sustentabilidade dos nossos sistemas sociais. As migrações regulares serão também essenciais para manter a nossa segurança, porque não são as migrações em si que causam insegurança, mas sim as organizações criminosas que andamos a alimentar e que são uma ameaça à nossa segurança.*

*3.º- A terceira grande medida é o investimento em políticas de integração. As migrações trazem mudanças societárias e, como todos os fenómenos de transformação, esse crescimento traz dores. Necessitamos de medidas e políticas efetivas de integração, que sejam direcionadas, não só para aqueles que vamos acolher como, igualmente, para as sociedades de acolhimento, para as preparar para uma sociedade que se vai transformar e evitar tensões de toda a ordem, de natureza religiosa, social, racial, etc.*

*4.º- E, por último, naturalmente que não vamos acolher todos imigrantes no mundo. Por outro lado, temos de reconhecer o direito das pessoas a poder viver na sua terra. Temos, por isso, de reduzir as causas estruturais do fenómeno migratório, para que este seja uma opção e não uma obrigação. Uma gestão proactiva dos fluxos migratórios tem de ser sempre acompanhada de políticas sérias, que combatam aquelas que são as causas profundas das migrações e essa são iguais em toda a história da humanidade: a guerra, a insegurança, a falta de Estado de Direito, a violação dos direitos fundamentais, a miséria. É isso que faz mover as pessoas e que requer mudanças profundas nas nossas próprias políticas: nas políticas externas para que, de forma séria, mantenhamos um compromisso genuíno de prevenir os conflitos. Temos de investir em políticas de ajuda ao*

*desenvolvimento que sejam eficazes e temos de mudar as nossas próprias políticas, como a política agrícola ou a comercial, para dar aos outros países, menos desenvolvidos, reais possibilidades de desenvolvimento e possibilidades de criação de condições para fixar as suas populações.*

*De uma coisa estou segura: medidas unicamente baseadas nos controlos de fronteiras, na luta contra a imigração ilegal, na externalização da proteção e do controlo de fronteiras, vão ser absolutamente ineficazes para gerir, de forma regular e segura, as migrações, que existirão sempre. Com efeito, enquanto as pessoas tiverem uma perspetiva razoável de ter melhores condições de vida noutros lugares, elas vão-se mover. Vão sempre movimentar-se e nós não podemos parar o vento com as mãos!*

Seguiu-se uma fase de debate, que teve início com uma intervenção da **MEP Elena VALENCIANO (S&D)**, correlatora do Relatório do PE “Enfrentar os movimentos de refugiados e de migrantes: o papel da ação externa da UE”, que salientou a importância da cooperação entre parlamentos nacionais e o PE para o debate de um assunto crítico, que vai definir os próximos tempos, que origina xenofobia, racismo, etc. e é utilizado como instrumento pelos partidos populistas, que contagiam o discurso político, mesmo o de forças políticas não radicais. Acrescentou, que temos de pensar como vai ser a Europa do futuro, atendendo ao facto de as migrações serem incontornáveis. Por fim, inquiriu os oradores, sobre se há a possibilidade de construir uma posição única da UE e se a OIM vai ser um instrumento de execução do PGM.

Durante o debate subsequente foram reiterados argumentos já expostos na primeira sessão, ficando, mais uma vez, patente a divergência de pontos de vista sobre os fluxos migratórios.

**Eleni Stamataki (Syriza -GUE/NL)**, do Parlamento helénico, referiu que o PGM permite fazer face à migração, focando a necessidade do respeito pelos direitos, de evitar fenómenos de populismo e de racismo, de criação de condições de acesso à educação, saúde, justiça, apoio psicológico e integração no mercado de trabalho. Neste contexto, partilhou com os colegas um projeto de instrução para os jovens, em funcionamento desde 2016, bem como o acesso a cuidados de saúde dos migrantes na Grécia. Referiu, ainda, a existência de um registo de migrantes, que lhes permite uma inclusão legal no mercado de trabalho, em cooperação com movimentos de solidariedade e com a administração local.

Também o Senador espanhol **Pérez Lapazáran** (PP-PPE) salientou a importância do acordo, mas recordou a existência de uma série de questões importantes de política externa, essenciais para uma migração ordeira, sublinhando que a cooperação entre potências deve incluir a cooperação migratória. Neste contexto, referiu que a Espanha tem investido nas regiões transfronteiriças, com equipas conjuntas, nomeadamente no controlo de fronteiras externas, em colaboração com a Europol e a Eurojust.

**Toledano Suárez** (PP-PPE), do congresso espanhol, frisou que a ideia de uma migração segura, ordeira e regular presume uma imigração legal, o que até é necessário, face à nossa crise demográfica. Acrescentou que, se isso for conseguido, podemos eliminar o populismo radical. Reiterou a ideia de que UE deve ajudar os países de entrada, como a Espanha, e não só os de acolhimento, em cumprimento de um princípio da solidariedade. Sublinhou, ainda, a importância de agir também na origem, nomeadamente através de acordos de desenvolvimento e de retorno dos migrantes irregulares e de aplicação de sanções, a nível penal e económico, dos que se aproveitam da situação, como as máfias. Tal como os anteriores oradores, também **Alexander Throm** (CDU/CSU-PPE), do Bundestag alemão, reconheceu a migração como uma questão global e saudou a iniciativa das NU para um trabalho conjunto. Defendeu que a Alemanha será sempre um parceiro construtivo, como tem vindo a mostrar, com solidariedade, lamentando os efeitos negativos, intolerâncias e xenofobias. Terminou, sublinhando a importância de uma distribuição justa dos refugiados e requerentes de asilo, bem como da continuação do debate em curso.

Em sentido diametralmente oposto, registaram-se as intervenções dos representantes da Hungria e da Eslováquia. **Dsenger-Zalán** (FIDESZ-PPE), da Assembleia Nacional húngara, começou por referir a necessidade de distinguir os que são refugiados e os que não são. Considerou que o PGM esquece os efeitos negativos da questão migratória e que, na Hungria, as pessoas não concordam que a migração tenha efeitos positivos, nem defendem a migração económica para a Europa. Discordam, igualmente, da necessidade de ajudar os países que recebem imigrantes. Terminou, referindo que o foco se deve concentrar nas causas da migração, dentro do respeito pela soberania, devendo os países decidir quem recebem, ou não. Também **Edita Pfundtner** (MOST-HÍD, PPE), do Conselho Nacional da Eslováquia referiu que, do debate, parecia resultar que a migração era uma coisa maravilhosa, o que não correspondia à realidade. Acrescentou, que os países têm o direito de escolher a origem dos seus imigrantes, o que, no caso da Eslováquia, significava receber pessoas oriundas da Roménia, Bulgária e Sérvia, por exemplo. Justificou este

direito de escolha, com as diferenças culturais entre os imigrantes e os países europeus. Terminou a sua intervenção, referindo que certos políticos querem chantagear os países que têm uma opinião diferente para resolução do problema e deixou no ar a questão se a R. Checa, a Hungria, a Polónia e a Eslováquia teriam de abandonar a UE, pelo facto de terem opiniões diversas em matéria de migração.

MEP **López Aguillar** (S&D) reiterou a ideia da migração como questão global, bem como o facto de esta sempre ter existido. Focou a complementaridade dos dois pactos e partilhou com os colegas a reflexão sobre a necessidade de se alterar a perspetiva negativa. Por fim, recordou que, na prática, não há migração regular na UE, onde, numa primeira fase, só se pode entrar de forma irregular e ilegal.

A MEP **Ana Gomes** (S&D) fez suas as palavras da oradora Constança Urbano de Sousa sobre “não podemos parar o vento com as mãos”, acrescentando que não podemos pôr cobro às migrações com controlos nas fronteiras e que devemos tratar a migração de forma coletiva e informar a opinião pública. Saliu que necessitamos da imigração, pois temos um problema demográfico na UE, que deverá ser resolvido através dos migrantes. Considerou que não podemos continuar a alimentar as redes criminosas, que exploram as pessoas, frisando, ainda, que os instrumentos jurídicos se encontravam disponíveis. Solicitou aos colegas dos Pn que fossem ver os programas de certos EM, como os vistos dourados e os programas VIP de investimento, que põem em risco a segurança do sistema de Schengen e que estão a prostituir as nossas nacionalidades e a nossa cidadania, sublinhando que não queremos esse lixo e essa corrupção e que os mencionados programas são meros esquemas de lavagem de dinheiro. Enfatizou que os migrantes que interessam à Europa são os que querem trabalhar e ganhar a sua vida de forma honesta e que não é com vistos dourados que os vamos conseguir captar.

A moderadora encerrou o debate, referindo que a diferença de posições tinha ficado clara, mas que a UE já havia enfrentado reptos maiores. Acrescentou que a gestão da migração é possível e tem de ser feita em conjunto. Reiterando o lema da Presidência búlgara, terminou, referindo que “juntos somos mais fortes”.

*Sessão de Encerramento*

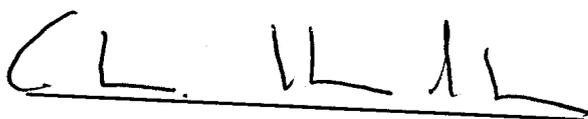
A sessão de encerramento, moderada pela MEP croata **Dubravka Suica** (PPE) teve início com a intervenção do representante do Serviço Europeu de Ação Externa, Sr. **Jacomini**, que salientou a necessidade do envolvimento de todos para se conseguir um pacto holístico e um quadro global de gestão das migrações. Referiu a existência de mais de 65 milhões de pessoas deslocadas em vários países do mundo e que a UE construiu um enquadramento baseado na solidariedade, com a prioridade de salvar vidas, lutar contra o tráfico e estabelecer rotas seguras. Defendeu a partilha de experiências positivas ao nível da UE, no âmbito das negociações dos dois pactos, bem como os benefícios de uma cooperação internacional estreita e de um processo inclusivo de participação, com uma correta partilha de encargos. Exemplificou, como aplicação dos princípios de parceria e participação, a *task force* UE/NU para gestão da situação na Líbia.

O Presidente da Comissão LIBE, MEP **Claude Moraes** (S&D), reconheceu a diversidade de posições entre os EM da UE, mas referiu que a UE não pode deixar de participar nas negociações dos pactos globais. Acrescentou que o PE iria aprovar uma resolução, em março, e que, em dezembro, estaria em Marrocos. Afirmou que a troca de impressões iria continuar, para que este seja um processo coeso. Terminou, agradecendo a todos a participação na reunião.

A reunião foi encerrada, pelas 18:13h.

Assembleia da República, 17 de abril de 2018

A Deputada da Assembleia da República



*Constança Urbano de Sousa*